

## MARCOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: DA DÉCADA DE 1930 A 2014

*Chaiane Oliveira Kadzinski  
Vanessa Rosana Peluchen*

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discorrer sobre marcos regulatórios da educação básica brasileira, tendo em vista as principais peças legais atinentes a essa matéria vigentes da década de 1930 até 2014. A metodologia adotada ancora-se nos pressupostos da pesquisa exploratória e compreendeu o exame de documentos vigentes no período demarcado. Conclui reunindo os marcos regulatórios em dois grandes blocos. O primeiro compreendendo os documentos legais do período de 1930 a 1970 e o segundo abarcando os atos vigentes a partir da década de 1980, no contexto do processo de redemocratização, até 2014.

**Palavras chave:** Organização e Regulação da Educação Básica. Marcos Regulatórios. Legislação Educacional.

### INTRODUÇÃO

Para tratarmos do tema da regulação da educação básica no país, recorreremos às contribuições de Barroso (2005, p. 727), para quem o termo está relacionado ao objetivo de “consagrar, simbolicamente, um outro estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas”. Para o autor, essas referências “servem para demarcar as propostas de modernização da administração pública das práticas tradicionais de controle burocrático pelas normas e regulamentos que foram [...] apanágio da intervenção estatal”.

Oliveira (2005 p.763), corroborando o entendimento de Barroso (2005), refere que as formas de gestão e financiamento da educação emergidas nos anos de 1990, “constituem medidas políticas e administrativas de regulação dos sistemas escolares”. Para a autora, essas medidas, implantadas em contexto de reformas, “surtem como supostas soluções técnicas e políticas para a resolução de problemas de ineficiência administrativa [...] ou racionalização dos recursos existentes [...]” (OLIVEIRA, 2005 p.763).

Assim posto, o presente trabalho objetivo discorrer sobre marcos regulatórios da educação básica brasileira, tendo em vista as principais peças legais atinentes a essa matéria vigentes da década de 1930 até 2014. Essas peças são aqui entendidas como documentos de maior repercussão no âmbito educacional brasileiro.

Com intuito de organizar e sistematizar os documentos destacados, o primeiro procedimento consistiu na composição de quadros com a identificação da década da publicação do documento, tipificação, características e principais deliberações. No primeiro

bloco, foram reunidos os atos legais do período compreendido entre as décadas de 1930 e 1970. Já no segundo foram contemplados os documentos situados entre a década de 1980, em razão da mobilização em prol da democratização do país, e o ano de 2014. Com base nos resultados dessas composições foram tecidas as considerações finais.

## MARCOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: DÉCADAS DE 1930 A 1970

Tendo em vista a concepção de regulação já referida, procuramos identificar os principais documentos reguladores da educação no período de 1930 a 1970, considerando que tais constituem medidas de regulação do sistema educacional.

Como referência inicial desse primeiro bloco, tomamos a criação do Conselho Nacional de Educação, ocorrida na esteira da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. Já como referência final, apontamos a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, conforme consta no Quadro 1.

**Quadro 1:** Marcos regulatórios da educação básica brasileira – 1930 a 1970

Período	Tipificação do documento	Nº / data	Caracterização do documento	Principais deliberações
Década 1930	Decreto	Nº 19.850, de 11 de Abril de 1931	Cria o Conselho Nacional de Educação.	Delimita as funções do conselho, órgão consultivo do ministro da educação nos assuntos do ensino
	Decreto	Nº 19.890, de 18 de abril de 1931	Dispõe sobre a organização do ensino secundário	Especifica matérias a serem cursadas no ensino secundário que compreende dois cursos seriados: fundamental e complementar. Trata de professores, inspetores, etc
	Decreto	Nº 19.941, de 30 de Abril de 1931	Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal	Faculta o ensino religioso e da outras providencias
	Decreto lei Francisco Campos	Nº 21.241, de 4 de abril de 1932	Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências	Especifica sobre características, professores, ingresso, corpo docente do colégio Pedro II, etc.
	Constituição	Constituição de 1934	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	
	Constituição	Constituição de 1937	Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, decretada pelo Presidente da República em 10.11.1937.	
Década	Decreto-lei	Nº 4.244, de 9	Lei orgânica do ensino	Fixa bases de organização do

de 1940	Lei Gustavo Capanema	de abril de 1942	secundário.	ensino secundário
	Decreto-lei	Nº 8.529, DE 2 DE JANEIRO DE 1946	Lei Orgânica do Ensino Primário.	Fixa orientações sobre o ensino primário. O ensino primário abrangerá duas categorias de ensino: ensino primário fundamental, destinado às crianças de 7 a 12; O ensino primário supletivo, destinado aos adolescentes e adultos.
	Constituição	CONSTITUIÇÃO DE 1946	Constituição dos Estados Unidos do Brasil, decretada pela Assembleia Constituinte.	
	Decreto-lei	Nº 8.530, DE 2 DE JANEIRO DE 1946	Lei Orgânica do Ensino Normal.	O ensino normal será, ministrado em dois ciclos. O primeiro dará o curso de regentes de ensino primário, em quatro anos, e o segundo, o curso de formação de professores primários, em três anos.
Década 1960	Lei	Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1961); LDB (1961)	Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
	Constituição	CONSTITUIÇÃO DE 1967	Constituição do Brasil decretada e promulgada pelo Congresso Nacional.	
Década 1970	Lei	Nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971	Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.	Delimita e organiza o ensino de primeiro e segundo grau

Fonte: Elaborado pelas autoras.

## MARCOS REGULATÓRIOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: DÉCADA DE 1980 A 2014

Após restrições civis e políticas do período ditatorial, na década de 1980 o Brasil entra numa nova fase, marcada pelo entusiasmo democrático. Nesse ambiente favorável aos direitos civis, políticos e sociais, é promulgada a Constituição Federal de 1988, que estipulou direitos à educação (CASTRO, 1998).

Os defensores da Educação pública, no contexto da luta pela redemocratização do país, realçam a democratização da escola pública, não somente em termos de acesso, mas também de práticas e de políticas educacionais (ADRIÃO; CAMARGO, 2007). Nesse contexto, a educação básica desponta como prioridade nacional e as discussões seguiram focalizando a “[...] democratização do ensino e a reorganização da escola segundo as novas exigências econômicas e tecnológicas de produção” (MORAES, 2003, p. 22). Vejamos o Quadro 2:

**Quadro 2:** Marcos regulatórios da educação básica brasileira – Década de 1980 a 2014.

Período	Tipificação do documento	Nº / data	Caracterização do documento	Principais deliberações
Década 1980	Constituição	Constituição De 1988	Constituição da República Federativa do Brasil.	
Década 1990	Lei	Nº 8.069, de 13 de julho de 1990	Estatuto da Criança e do Adolescente; ECA	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências.
	Lei	Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	LDB (1996); Lei Darcy Ribeiro; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Década 2000	Lei	Nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001	Lei do PNE	Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.
	Lei	Nº 11.494, de 20 de junho de 2007	Lei do Fundeb	Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências.
	Lei	Nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006.	Ensino de 9 anos	Altera os arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a LDB, dispondo sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade.
Década 2010	Decreto	Nº 7.559, de 1º de setembro de 2011	Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências.	I - a democratização do acesso ao livro; II - a formação de mediadores para o incentivo à leitura; III - a valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico; e IV - o desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional.
	Lei	Nº 13.005, de 25 de junho de 2014	PNE – Plano Nacional de Educação	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os marcos regulatórios situados no período focado, informados pelos documentos listados, são indicativos de que as medidas de regulação operadas na educação básica brasileira foram transformadas com o passar do tempo. São formulações legais influenciadas pelo cenário político e econômico de cada período e, portanto, devem ser situadas e compreendidas no contexto que as origina.

Nas décadas 1930 e 1940, os processos regulatórios dão mostras da falta de priorização da educação por parte do Estado, embora situada no contexto do projeto de desenvolvimento almejado por Vargas. Saviani (2008 p. 269) aponta que, o conjunto das reformas da década de 1940, tinha caráter centralista, fortemente burocratizado; dualista, separando o ensino secundário, destinado às elites condutoras, do ensino profissional, destinado ao povo conduzido e concedendo apenas ao ramo secundário a prerrogativa de acesso a qualquer carreira de nível superior.

Na década de 1960 e 1970 o período da ditadura militar democratizou o acesso à educação no Brasil, porém dentro de um interesse de mercado e privatização do ensino. Com a expansão de acesso à educação, ocorreu a defasagem de qualidade de ensino. Nessas conjunturas, como afirma Saviani (2006), sob estratégias de autoritarismo, que delinearão-se as novas modificações e organizações do ensino.

Em 1988, a nova Constituição surge representando um marco da redemocratização do Brasil pós governos militares, junto veio o direito social público a educação, reafirmando-a como sendo direito de todos e dever do Estado. Consequentemente, a década de 1990 é marcada por um processo de amplas reformas na educação pelo governo brasileiro envolvendo mudanças no sistema de ensino, legislação, planejamento e gestão educacional, financiamento, currículos escolares, avaliação, entre outras (SILVA JÚNIOR, 2002).

Percebe-se que anos de 2000, alavancam-se políticas públicas no cenário educativo, destacando o gerenciamento dos recursos financeiros, sendo esse um marco da legislação educacional que objetiva a qualidade do ensino.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; CAMARGO, R. B. **A gestão democrática na Constituição Federal de 1988**. In: OLIVEIRA, R. de O;ADRIÃO, T. (Org.). *Gestão financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2007.

BARROSO, J.O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, Especial-out. 2005.

CASTRO, M.L.O. **A Educação na Constituição de 1988 e a LDB**. Brasília: André Quicé, 1998.

MORAES, S. P. G. M. Retrospectiva histórica da disciplina de prática de ensino no curso de Pedagogia: focalizando a década de 1980. In: **Anais do IV Seminário de Prática de Ensino**. Organização de Maria Inalva Galter. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

OLIVEIRA, D. A. Regulação das políticas educacionais na América Latina e suas consequências para os trabalhadores docentes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 753-775, Especial - out. 2005

SAVIANI. **Escola e Democracia**. 38. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**, 10.ed.Campinas: Autores Associados, 2008

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da Educação no Brasil de FHC** - São Paulo: Xamã, 2002